

ESTÁ ABERTA A SESSÃO: a cultura material escolar presente nos relatórios dos presidentes de província do Maranhão (1840-1843)

Andreia Monteiro Carvalho¹

RESUMO

Apresenta-se neste estudo a pesquisa em andamento sobre as materialidades escolares presentes nos relatórios dos presidentes de província do Maranhão. Tem-se como objetivo compreender a influência das materialidades extraídas dos discursos dos Presidentes de Província e identificadas como elementos da cultura material na compreensão do cotidiano escolar das instituições de ensino maranhenses. Para isso, a metodologia aplicada dividiu-se em duas etapas: bibliográfica e documental. 1) Bibliográfica, com: Andrade (1984) e Castro (2010) esclarecendo a História do Maranhão; Castro (2013), sobre Cultura Material Escolar, que possibilitou o conhecimento das categorias de análise adotadas na pesquisa; Stephanou e Bastos (2009), com os apontamentos sobre História da Educação; e Funari (2008), explicando a relevância das fontes materiais, dentre outros autores. 2) Documental: com o tratamento da própria fonte, os Relatórios dos Presidentes de Província do Maranhão no período de 1840 a 1843 (exceto 1842). O tratamento consistiu na identificação e categorização dos objetos escolares, para que, por intermédio deste processo, fosse viável interpretar a influência dessas materialidades no dinamismo escolar. Considera-se a importância da cultura material como estudo que permite reconhecer a potencialidade dos objetos enquanto fontes, capazes de revelar necessidades, relações, práticas e outros elementos que variavam de acordo com a realidade de cada escola. Portanto, explorar as informações que os relatórios carregam é um dos férteis caminhos de investigação para o entendimento dos aspectos formadores da cultura material escolar com intuito de promover o desenvolvimento da História da Educação.

Palavras-chave: História da educação. Cultura material escolar. Província do Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

Utilizando o termo apresentado por Meireles (1980, p. 296 apud ANDRADE, 1980, p. 6), o Império foi a “Idade de Ouro” para a Província do Maranhão, pois embora o país enfrentasse uma severa crise econômica, no Estado comemorava-se uma fase em que a economia mantinha-se sob relativa estabilidade, ainda que estivesse

[...] dentro do quadro social e cultural do escravismo, sem mercado interno significativo, tinha o seu processo produtivo condicionado pelo mercado externo, que o obrigava à monocultura e o fazia balançar em ondas de prosperidade ou depressão de acordo com as conjunturas internacionais. (ANDRADE, 1984, p. 6).

Outro reflexo significativo dos “bons tempos” oitocentistas na história do Maranhão,

¹Aluna de graduação em Biblioteconomia (UFMA/CCSo). Bolsista do Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras (NEDHEL/FAPEMA). E-mail: andreia.monteiro.c@gmail.com

foi o surgimento do status de “Atenas Brasileira”, garantido pela formação educacional de seus intelectuais, que posteriormente viriam a ocupar cargos de destaque na administração do Estado. (ANDRADE, 1984, p. 6). Sendo a política e a economia pontos de extrema influência nos outros setores administrativos, sociais, educacionais, que formavam a sociedade maranhense na época, pressupõe-se que, mediante tal desenvolvimento, considerado positivo, todas as áreas funcionavam de forma ordenada, afinal, como afirma Castro (2010, p. 178):

Nos oitocentos, o Maranhão estabeleceu-se como uma das províncias mais prósperas cultural e economicamente, contribuindo para a modernização de São Luís: calçamento nas ruas, iluminação pública, construções amplas e faustuosas, fundação do teatro São Luís.

Todavia, é válido ressaltar que também foi uma época de contradições. A imagem e solidez Maranhense quanto à cultura e economia ofuscava um considerável desnível social, onde a educação era para poucos e a economia sustentava-se em grande parte pela mão de obra barata garantida pelo escravismo. Esse fator foi evidenciado quando os primeiros impactos relacionados à política e à economia começaram a surgir após a abolição da escravatura (1888), que transformou drasticamente as relações de trabalho e, por consequência, a realidade da sociedade imperial. Com uma política oscilante como reforça Andrade (1984, p. 7), que só “[...] nos dezessete anos que compreendem o Primeiro Reinado e as Regências, teve dezenove presidentes, e noventa e dois nos quarenta e nove anos do Segundo Reinado [...]” era extremamente complicado dar continuidade às decisões e projetos voltados à educação e demais campos a serem atendidos. O desejo de realizar grandes feitos introduzindo práticas escolares externas por vezes fora barrado pelas más condições de adaptação e manutenção das instituições, nem sempre compostas por objetos básicos para o ensino capazes de propiciar tal implantação, principalmente nas escolas localizadas no interior.

O que instiga a presente pesquisa é, portanto, a investigação sobre os reflexos de tais inconsistências políticas e sociais na cultura material das instituições que compunham a história da educação maranhense, sejam objetos presentes ou “de presença desejável” (que deveriam estar presentes, mas não estavam), considerando sua potencialidade em nos auxiliar a compreender a dinâmica escolar oitocentista, utilizando como fonte os Relatórios dos Presidentes de Província no período de 1840 a 1843 (exceto 1842).

2 CULTURA MATERIAL ESCOLAR: a importância do estudo das materialidades escolares como fonte para a investigação em História da Educação

Para compreendermos como a cultura material escolar pode contribuir para a História da Educação, é necessário esclarecer sob qual perspectiva tal concepção se firma. Inicialmente, considera-se, quanto a História da Educação, o que indica Stephanou e Bastos (2009, p. 422):

[...] a riqueza teórica e metodológica está justamente no fato de tratar-se de um espaço fronteiriço, de pesquisas que se situam na intersecção entre a História e a Educação. Da História partem as questões relativas à produção do conhecimento historiográfico e da Educação a necessária análise da complexidade dos fenômenos educativos, que precisam ser compreendidos para além da mera descrição de instituições, políticas educacionais e agentes.

Nota-se então a História da Educação como um fértil campo de pesquisa, onde se somam a preocupação em garantir o status científico, indispensável no tratamento dos vestígios do passado para permitir a atribuição do caráter histórico a tais elementos e a importância da educação na formação de sujeitos, seus ideais, práticas e participação na construção da sociedade em determinado período. Deste ponto é possível refletir sobre as inúmeras ferramentas disponíveis para tal estudo, já que a história em si é multifacetada, e exige do pesquisador a sensibilidade em identificar e avaliar constantemente aquilo que investiga.

Segundo Borba (2004, p. 367, grifo nosso), define-se como cultura material o “[...] conjunto remanescente de artefatos (utensílios, ferramentas, indumentária, etc.) ou de elementos do ambiente (casas, estradas, canais, etc.) de que se servem os **arqueólogos** para explicar a estrutura e o funcionamento de civilizações passadas.”

Mas qual a relação entre a arqueologia e a ação investigativa proposta? Em linhas gerais, Pedro Paulo Funari (2008) expõe a conexão entre a cultura material e a arqueologia, ao relatar o processo de desenvolvimento da história quanto ao (re) conhecimento de novas fontes potenciais, dando enfoque à descoberta do valor do uso das fontes arqueológicas (**ou fontes materiais**) como instrumentos de enriquecimento das noções sobre a materialidade presente nas relações. Por esta vertente, relacionando ao conceito de cultura material, considerada pelo autor como “[...] tudo aquilo que é feito ou utilizado pelo homem.” (FUNARI, 2008, p. 85), amplia-se a perspectiva do objeto, tido não apenas como monumento, físico, estático, mas como elemento de pesquisa no sentido de fornecer informações para além do documento escrito; com características de produção e análise tão particulares quanto outras

formas de registro. Dessa forma,

Tudo que era antes coletado como objeto de colecionador, de estátuas a pequenos objetos de uso cotidiano, passou a ser considerado não mais algo para simples deleite, mas uma fonte de informação [...]. Iniciaram-se, assim, a catalogar os acervos de objetos existentes nas coleções, a desenhar e publicar, em livros e artigos científicos, as descrições detalhadas dos edifícios antigos que passavam, dessa forma, da categoria do estético ou pessoal, para o científico e coletivo. (FUNARI, 2008, p. 85).

Portanto, investigar a cultura material escolar é buscar a materialidade que compunha o ambiente escolar, desde itens desejáveis a itens adquiridos, peças que contribuíam e influenciavam no dinamismo das relações entre discentes, docentes, e demais envolvidos no processo educacional. É tentar compreender em que medida tais objetos ganharam status de fundamentais para formação do indivíduo de acordo com o ideal esperado, incluindo documentos que registravam, dentre outros aspectos, a assiduidade dos alunos, informando ao governo sobre a relevância do investimento de recursos para as instituições (desde a construção à manutenção dos prédios em recursos materiais e humanos), tendo em vista o seu uso.

3 “ESTÁ ABERTA A SESSÃO”: o que eram e nos informam os relatórios dos Presidentes de Província do Maranhão (1840-1843)

“Está aberta a sessão”, frase que intitula este artigo e seção, compõe a parte do final dos relatórios Presidentes de Província do Maranhão, que eram documentos dirigidos à abertura das sessões da Assembleia Legislativa Provincial. Estas sessões tinham duração de dois meses. A Assembleia Legislativa Provincial no Maranhão teve início após o fim do Conselho Geral da Província, em 1835, e se estendeu até 1889. Nesse período, funcionou no Consistório da Sé até 1885 quando,

[...] a sede do poder passou a ser o edifício situado na Rua do Egito, no Centro Histórico de São Luís, onde a Casa permaneceu por 123 anos, salvo ligeiros hiatos, quando funcionou na Biblioteca Benedito Leite e na Câmara Municipal de São Luís, em razão de reformas arquitetônicas. (MARANHÃO, 2017).

Os relatórios estudados foram assinados por 3 Presidentes de Província e 1 vice-presidente em exercício. Dos que assinaram, eram presidentes: Coronel Luiz Alves de Lima – Duque de Caxias (1840); Doutor João Antonio de Miranda (1841); Jeronimo Martiniano Figueira de Mello – Figueira de Mello (1843);

Na capa, além de quem assina os documentos, é possível identificar a tipografia responsável pela impressão, os brasões e a data completa do relatório. Quanto ao conteúdo

geral da documentação, os relatórios apresentados à Assembleia Legislativa Provincial nos permitem ampliar noções sobre contextos gerais da Província Maranhense, apontando quais as condições da cidade em variados âmbitos (saneamento, segurança pública, inspetoria e outros), dentre eles, a instrução, foco das pesquisas do Núcleo de Estudos em História da Educação e das Práticas Leitoras (NEDHEL).

Para a análise do conteúdo relacionado à instrução, durante a leitura do documento foi realizada a identificação dos objetos e classificação, tomando como base as categorias apresentadas no estudo organizado por Castro (2013). As categorias de análise disponíveis foram: 1) Móvel; 2) Utensílios da escrita; 3) Livros e revistas escolares; 4) Materiais visuais, sonoros e táteis para o ensino; 5) Organização/ escrituração da escola; 6) Prédios escolares; 7) Material de higiene; 8) Material de limpeza; 9) Trabalhos dos alunos; 10) Indumentária; 11) Ornamentos; 12) Honrarias; 13) Jogos e Brinquedos (CASTRO, 2013).

3.1 Sob o olhar do coronel: presidente e comandante das armas da província do Maranhão, Coronel Luiz Alves de Lima – Duque de Caxias (1840)

O Coronel Luiz Alves de Lima – Duque de Caxias (1803-1880), era natural de Porto da Estrela (RJ). Teve formação militar pela Real Academia Militar do Rio de Janeiro. Além de militar foi também agropecuarista. Na política, atuou como presidente (RS; MA), vice-presidente (SP) e senador (RS). (BRASIL, [20--?a]).

A principal motivação de ter sido convocado para a administração maranhense foi para conter a intensificação da Balaiada (1838-1841), movimento de revolta popular, formado por trabalhadores livres, camponeses, vaqueiros, sertanejos e escravos, que eram classes diretamente afetadas pela crise econômica agrária. Por isso, além de Presidente da Província, foi também nomeado Comandante das Armas da Província do Maranhão. Por ter sucesso na missão, garantindo a “vitória” das Forças Imperiais após batalhas violentas que encerraram a Balaiada em 1841, foi condecorado com o título de Barão de Caxias, em referência à Caxias (MA), cidade ocupada pelos revoltosos em 1839 (CANCIN, 2005).

No relatório assinado por Luiz Alves, em 1840, ainda em meio às turbulências da Balaiada, o presidente afirmou não ter muito conhecimento sobre a real situação da educação no Estado, principalmente pela carência dos mapas escolares, documentos que deveriam ser enviados pelos professores para auxiliar o Governo a acompanhar o andamento da instrução pública. Segundo ele,

[...] de cinquenta e duas escolas, não compreendendo as do Lycêo, só de sete recebi

R. Bibliomar, São Luís, v. 16, n. 1, p. 76-89, jan./jun. 2017.

os mappas dos alumnos que as frequentão, que em resumo vos apresento debaixo do n.º 2; isto prova o pouco zê-lo nos Professores em cumprir seus deveres. (MARANHÃO, 1840, p. 10-11).

A importância dada aos mapas é um fator de relevância recorrente citado pelos presidentes, capaz de pôr em dúvida a qualidade da prática dos professores enquanto profissionais a serviço da educação e do Estado. Por um dos poucos mapas recebidos, segundo Luiz Alves, observou-se a vacância da cadeira do segundo e terceiro ano de Marinha do Liceu Maranhense, lacuna supostamente desnecessária e possivelmente desconhecida, não fosse a existência do mapa. Para tentar reverter a situação da cadeira, sugeriu o Presidente pôr em seu lugar uma de *Sciencias Physicas*.

As sugestões de melhoria de Luiz Alves para a Educação, foram: exigir maior criticidade “[...] á cerca dos Pensionistas, que na Europa estudão a custa d’esta Provincia: dous não tractão d’estudos, e outro em lugar de dar-se estudo das materias que pelo Artigo 1.º da Lei n.º 10, estão determinadas, matriculou-se na escolla de Direito.” (MARANHÃO, 1840, p. 12). Além de alertar para a importância da sistematização do ensino, que dentre outros fatores exigiria ações como: “[...] marcar os compêndios, e distribuir as materiais por diferentes annos [...]. Para isto necessário he huma grande reforma nos actuaes estatutos.” (MARANHÃO, 1840, p. 11-12).

Sobre cultura material escolar, foi possível identificar, com maior destaque, os próprios mapas escolares, intitulados: “N.º 1 Mappa dos Alumnos que frequentão as diferentes Aulas do Lycêo Maranhense”. Este mapa informa: Cadeiras providas, cadeiras vagas, quantidade de matriculados e quantidade de ouvintes; e “N.º 2 Mappa dos Alumnos que frequentão algumas Aulas da Provincia”. Este mapa informa: localidade das aulas, as freguezias e a quantidade de meninos e meninas nas aulas de Primeiras Letras e Latim.

Documentos desse tipo foram qualificados como da categoria “**Organização/escrituração da escola**”, pois é a categoria que abrange documentos e outros materiais produzidos para o controle do ambiente escolar, como: documentos de frequência, horários, relógios, por exemplo.

3.2 Sobre a lentidão e carência de uniformidade do ensino: relato do Presidente Doutor João Antonio de Miranda (1841)

O Presidente Dr. João Antonio de Miranda (1805-1861), era natural do Rio de Janeiro. Foi formado em Direito e atuou como servidor público, presidente de província (CE, PA,

MA), deputado geral (RJ) e senador (MT). No Maranhão, suas atividades como Presidente de Província foram iniciadas em 1841 e encerraram em 1842 (BRASIL, Senado Federal, 2017).

Em 1841, o relato do Presidente Dr. João Antonio de Miranda também não foi muito diferente e dialogou com o relatório anterior, reforçando algumas problemáticas já mencionadas pelo coronel Luiz Alves de Lima. Segundo ele, “[...] a instrução pública em geral marcha ainda lenta, sem unidade [...]” (MARANHÃO, 1841, p. 19), principalmente no interior do Estado. Na capital, o Liceu, em fase de consolidação, ainda continuava com a cadeira de Marinha vaga, a qual (em concordância com o presidente anterior) o Dr. João de Miranda considerava viável a substituição pela cadeira de *Sciencias Physicas*.

Outro marco da lentidão do desenvolvimento da instrução em 1841, foram seus efeitos sob a Escola Normal, que na época contava com um número mínimo de alunos em formação, desmotivando a convocação de novos professores para a capital. O Dr. João Almeida além de ter descrito no documento um levantamento quantitativo sobre as escolas (públicas/particulares) e alunos matriculados (capital/interior), tentou explicar prováveis causas do desânimo educacional geral, expondo alguns aspectos que, poderiam tê-lo desencadeado. O primeiro aspecto seria a “[...] falta de um centro, que redusa as escholas á um sistema único e igual, uniformando a instrucção, e o modo de a transmitir em todos os pontos.” (MARANHÃO, 1841, p. 22). O próprio presidente admitiu que esta já não era uma ideia tão recente, pois percebia nas leis tentativas de cumprir esse objetivo. O coronel Luiz Alves de Lima (embora não de forma aprofundada) também revelou uma preocupação com uma otimização da sistemática do ensino. O problema que barrava mudanças mais efetivas, segundo o Presidente Dr. João Miranda, estava em parte relacionado às falhas nas leis existentes, ao delegar responsabilidades da instrução a indivíduos alheios a ela, sem exigir a criticidade adequada para atribuição do cargo; e em parte relacionado às ações (ou a ausência delas) em geral daqueles que compunham a própria instrução pública. Citou o Presidente

Com outro grave obstáculo deparamos na manifesta ineptidão da maior parte dos Professores. Verdade é também, que se procurou remediar esse inconveniente com a promulgação da lei n.º 76, de que já tratei, porém deve continuar ainda por algum tempo a desvantajosa posição do ensino público; em quanto não passar de mero ensaio a eschola em virtude d’ella criada. Este defeito não é só n’esta Província: é geral o atraso da instrucção, e a incapacidade dos mestres publicos, mesmo n’aquellas, onde parece haver a civilisação mais conquistado. (MARANHÃO, 1841, p. 23).

A partir de então o presidente Dr. João Miranda apresentou informações sobre o estado dos alunos pensionistas e órfãos. A pertinência dos auxílios dados a esses sujeitos pelo Governo também já era um ponto bastante questionado, quer fossem direcionados diretamente

aos alunos ou às instituições. A Lei nº 10 de 5 de maio de 1835, sobre os alunos pensionistas, criticada pelo coronel Luiz Alves de Lima em 1840, pela suposta falta de compromisso dos alunos selecionados, achava-se suspensa para admissão de novos pensionistas. Sobre ela o presidente em atuação relatou a situação dos três alunos com processo em andamento: dos três, dois retornaram e um permanecia na Europa. Seus últimos apontamentos são sobre a saída de dois meninos órfãos do Colégio de Nossa Senhora da Conceição e a continuidade dos seus cuidados sob a proteção do Governo.

A cultura material presente nesse relatório expõe o estado crítico das aulas, com o alerta para a carência de ambientes adequados para abrigar os alunos e chama atenção para as limitações de acesso às escolas. Na capital, faltavam casas e cômodos para a realização das aulas, problema resolvido paliativamente pelo presidente com a solicitação do aluguel de casas para as aulas “[...] cujos utensílios farei aumentar o material indispensável.” (MARANHÃO, 1841, p. 24). A questão do acesso foi encontrada na parte do discurso em que o presidente revela a solicitação, pela Câmara de Villa do Paço, de “[...] uma escola de Primeiras Letras para Freguezia do Logar dos Indios, alegando ser mui difficil a mocidade d’aquella Freguezia frequentar a escola estabelecida na Villa, pelos obstaculos que oferece o caminho cortado de rios.” (MARANHÃO, 1841, p. 25-26).

Construção de escolas (casas e cômodos) e aluguel de casas foram inseridos na categoria “**Prédio escolar**”, ainda que o documento não explicita quais as características destes ambientes, é notável a precariedade do ensino nesse sentido, ora não possibilitando a existência de um local adequado para o ensino, ora não garantindo condições de acesso aos existentes.

3.3 Presidente Jeronimo Martiniano Figueira de Mello (1843), crise na Casa dos Educandos Artífices e outros males da falta de manutenção física e financeira dos prédios escolares

Quem assinou o relatório em 1843 foi o Presidente Jeronimo Martiniano Figueira de Mello – Figueira de Mello (1809-1878), natural de Sobral (CE). Ele se formou em Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda (1832). Desde então, foi magistrado, advogado, servidor Público e, dentre outras atuações no país, foi nomeado presidente da Província do Maranhão em novembro de 1842, assumido o cargo em janeiro de 1843. Durante esse período, bem como quando foi presidente da Província do Rio Grande do Sul (1871-1872) “sua atuação [...] foi das mais delicadas e difíceis, pois cada uma delas estava dilacerada pelas lutas partidárias

R. Bibliomar, São Luís, v. 16, n. 1, p. 76-89, jan./jun. 2017.

entre conservadores e liberais.” (BRASIL, [20--?c]).

Em 1843 foram encontrados dois relatórios, assinados pelo presidente Jerônimo Martiniano Figueira de Mello: Um do dia 3 de maio e outro do dia 7 de setembro. Em seu texto de 3 de maio de 1843, o presidente ressaltou a relevância da instrução para formação profissional dos indivíduos e a preocupação com o fato de que ainda assim o número de alunos continuava inferior ao desejável. O Liceu, por exemplo, teve uma queda de matriculados: de 141 alunos (1842), para 90 (1843) (MARANHÃO, 1843, p. 52). Uma das problemáticas responsável pela crise do cenário educacional apontada pelo presidente, era a limitação da lei n.º 115, que pelo estudo, foi encontrada na Coleção de leis e Decretos do estado do Maranhão com a data de 1 de setembro de 1841, sancionada pelo presidente João Antonio de Miranda, e diz:

Art. 4º a substituição das cadeiras do Lyceu por impedimento dos respectivos professores será d’ora em diante cometida a Professores do mesmo Lyceu, que não poderão escusar-se d’este serviço, durante o qual perceberão a gratificação designada no art. 14 da Lei Provincial n. 80 de 27 de Julho de 1838. (MARANHÃO, 1841).

Para Figueira de Mello, foram negativos os efeitos da exclusividade de atribuição de cargo a professores do Liceu, pois geravam vazios no quadro de professores habilitados para reger disciplinas específicas “[...] como a de grego, e desenho [...]” (MARANHÃO, 1843, p. 52). Essa e outras insatisfações do presidente aparentam ter impulsionado ações mais firmes e diretas quanto às falhas na educação, seja na solicitação de recursos ou na aplicação de penalidades. Um exemplo sobre as ações do presidente Figueira de Mello pode ser observado quanto ao recebimento dos mapas escolares, que ainda se mantinha irregular e/ou inexistente por parte de algumas escolas. Como tentativa de diminuir a irregularidade, o presidente alertou para a possibilidade de não pagamento do ordenado dos seus responsáveis como forma de penalização.

Em alguns momentos era possível constatar concordâncias e discordâncias frente às condições educacionais apresentadas a ele, mas o texto não esclarece se houve ações efetivas a respeito, embora indicassem uma preocupação em corresponder. Como sinal de concordância, podemos citar a resposta quanto à solicitação de uma aula de primeiras letras pela Câmara Municipal da Passagem Franca, o presidente Dr. Figueira de Mello concordou com a necessidade, mas não explicitou que tenha feito algo específico além de permitir o uso da quantia necessária para tal.

Relacionado à cultura material, foi possível identificar a solicitação de subsídios para manutenção e ampliação do edifício do Seminário Episcopal, “[...] pois que apenas contém

R. Bibliomar, São Luís, v. 16, n. 1, p. 76-89, jan./jun. 2017.

oito quartos para todos os Alumnos, e está inhabilitado de admittir outros que aparecem.” (MARANHÃO, 1843, p. 53). Caso semelhante ocorria no edifício do Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, que necessitava de consertos, para os quais o presidente Figueira de Mello solicitou aumento de consignação.

A manutenção e ampliação, e os consertos nos edifícios são características da categoria **“prédio escolar”**, considerado sua abrangência à subcategoria “construção e reforma”. Os relatos demonstram as consequências da descontinuidade no acompanhamento do desenvolvimento das instituições instaladas.

Era crítico também o estado de manutenção da Casa dos Educandos Artífices, que devido ao aumento das despesas sofreu graves atrasos nos pagamentos, aumento de dívidas e, com isso, a necessidade de dispensar professores. Sobre a Casa dos Educandos, em especial, pela sua responsabilidade com formação técnica dos alunos, o presidente demonstrou preocupação em determinar o prazo em que seus alunos estariam aptos a trabalhar e, por consequência, dar um retorno financeiro que auxiliasse nas melhorias do local em que se formaram. Optou-se por não categorizar dados referentes à essa manutenção pois não fica claro se por questões estruturais ou outras, apesar disso, sobre a mesma instituição há um mapa anexado, que como já foi mencionado, pertence à **categoria “organização/escrituração da escola”**. O mapa é intitulado “Mappa demonstrativo dos Educandos existentes, idades que tem, ofícios que aprendem, aproveitamento, e motivo por que alguns não aprendem.” Por ele, vê-se que a Casa de Educandos admitia alunos entre 8 e 17 anos, aprendendo os seguintes ofícios: ourives, cotíleiro, chapeleiro, pedreiro, carapins, marceneiro, alfaiate, carpinteiro e sapateiro.

O outro relatório assinado por Figueira de Mello é 7 de setembro de 1843 e não contém declarações sobre a instrução, especificamente. Principalmente porque o foco do relatório foi divulgar receitas e despesas dos anos passados (1842-1843) e para os anos seguintes (1844-1845), tornando-o mais sucinto que o anterior (3 de maio de 1843). O que pode ser recuperado sobre instrução são 4 tabelas que se enquadram na categoria **“organização/escrituração da escola”**.

As tabelas são intituladas: “Tabella 6.^a: Lyceo Maranhense”, que informa uma lista de disciplinas e professores responsáveis por elas; “Tabella 7.^a Professores de latim fóra da capital”: contém a listagem de professores de latim e ordenado recebido; “Tabella 8.^a Professores de 1. as letras de toda a Provincia”: informa a lista de professores de Primeiras Letras e o local onde trabalhavam e “Tabella 9.^a Diversos estabelecimentos de instrucção

pública”: informa a natureza das despesas, gratificações e outras informações.

4 CONCLUSÃO

Os relatórios são uma fonte de registro de uma materialidade ora ainda viva no cotidiano maranhense (prédios que abrigavam as instituições) ora perdida no ciclo natural de atualização dos utensílios e recursos escolares com o passar dos anos. São relatos e não os objetos em si (exceto alguns dos mapas escolares que seguem anexados nos próprios relatórios), mas ainda assim fundamentais na compreensão da composição do ambiente escolar, suas características e carências. Durante o estudo foi notável que, de 1840 a 1843, houve uma constância de carências e preocupações referentes à educação, atreladas à sensação de certo distanciamento entre a administração política e o cotidiano dentro das instituições escolares.

Dentre as 13 categorias adotadas por Castro (2013) foram identificadas 2 com maior recorrência nos 3 anos estudados, a saber: **organização/ escrituração da escola; prédio escolar**. A atribuição de fiscalizar era dirigida aos inspetores, a de enviar documentos que contribuíssem para o conhecimento da rotina escolar, aos professores, por meio dos mapas escolares (um documento de perceptível relevância, cobrado com frequência pelos presidentes de província), em um diálogo nem sempre muito recíproco. Destacou-se também a categoria “prédios escolares”, seja pela solicitação de criação escolas, reformas ou expansão das já existentes, para abrigar bem os alunos presentes e possibilitar a inserção de novos. Houve também a disposição de crédito para utensílios, sem detalhamento sobre que tipo de utensílios seriam, o que possibilita pensar que estaria aberto ao critério dos gestores escolares mediante suas necessidades.

Todas estas informações nos permitiram perceber uma certa cautela no investimento das escolas, sem perder o entusiasmo de crer que dali sairiam sujeitos capacitados para o mercado, conseqüentemente, que devolveriam “bons frutos” ao Estado. A influência dos objetos foi reconhecida pelo fato de que sem os mapas, por exemplo, pouco se sabia sobre o cotidiano, seus sujeitos, cadeiras, e outras informações importantes a serem registradas. Sem os prédios, reformas, manutenção e estudo das condições de acesso às escolas, limitava-se o desenvolvimento da qualidade do ensino e a ampliação da capacidade de inserção de mais alunos nas instituições.

Nos relatórios dos presidentes de província, nota-se uma mistura de tristeza e esperança, de certo não comprometimento, justificado pelo desconhecimento dos ambientes,

atrelados à busca por causas e responsabilidades e uma expectativa lançada aos indivíduos em formação.

**THE SESSION IS OPEN: the school material culture present in the reports of
the presidents of the province of Maranhão (1840-1843)**

ABSTRACT

This study presents the ongoing research on school material present in the reports of the presidents of the province of Maranhão. The objective is to understand the influence of the materialities extracted from the speeches of the Presidents of Province and identified as elements of the material culture in the comprehension of the school daily life of the educational institutions of Maranhão. For this, the applied methodology was divided into two stages: bibliographical and documentary. 1) Bibliographic, with: Andrade (1984) and Castro (2010) clarifying the History of Maranhão; Castro (2013), on Material Material Culture, which made possible the knowledge of the categories of analysis adopted in the research; Stephanou and Bastos (2009), with the notes on History of Education; And Funari (2008), explaining the relevance of material sources, among other authors. 2) Documentary: with the treatment of the own source, the Reports of the Presidents of Province of Maranhão in the period from 1840 to 1843 (except 1842). The treatment consisted in the identification and categorization of school objects, so that, through this process, it would be feasible to interpret the influence of these materialities on school dynamism. The importance of material culture is considered as a study that allows to recognize the potentiality of objects as sources, capable of revealing needs, relationships, practices and other elements that varied according to the reality of each school. Therefore, exploring the information that the reports carry is one of the fertile paths of investigation for the understanding of the formative aspects of the school material culture in order to promote the development of the History of Education.

Keywords: History of education. Culture school material. Province of Maranhão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Beatriz Martins de. **O discurso educacional do Maranhão na Primeira República**. São Luís: UFMA, 1984.

BORBA, Francisco S. (Org.). **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria-Geral da Mesa e Coordenação de Arquivo. **Senadores:** Duque de Caxias. Brasília, DF, [20--?a]. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2034>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

_____. Senado Federal. Secretaria-Geral da Mesa e Coordenação de Arquivo. **Senadores:** R. Bibliomar, São Luís, v. 16, n. 1, p. 76-89, jan./jun. 2017.

João Antônio de Miranda. Brasília, DF, [20--?b]. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1779>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ministros:** Jeronimo Martiniano Figueira de Mello. Brasília, DF: STF, [20--?c]. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=312>>. Acesso em: 31 maio 2017).

CANCIN, Renato. **Balaiada (1838-1841):** revolta popular no Maranhão. São Paulo: UOL, 2005. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/balaiada-1838-1841-revolta-popular-no-maranhao.htm>>. Acesso em: 31 maio 2017.

CASTRO, César Augusto (Org.). O artista: um jornal dedicado à indústria e às artes no Maranhão Império. In: _____. **Leitura, impressos e cultura escolar.** São Luís: EDUFMA, 2010.

CASTRO, César Augusto (Org.). **Cultura material escolar:** e escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925). São Luís: EDUFMA; Café & Lápis, 2013.

FUNARI, Pedro Paulo. Fontes arqueológicas: o historiador e a cultura material. In: PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

MARANHÃO. Assembleia Legislativa. **História.** São Luís, [20--?]. Disponível em: <<http://www.al.ma.leg.br/estaticas/estatica.php?cod=1>>. Acesso em: 31 maio 2017.

_____. **Coleção das leis e decretos do Estado do Maranhão – 1841:** índice das leis provinciais da Assembleia do Maranhão: Lei n. 115 de 1 de setembro de 1841. São Luís, 1841. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/201408272232081409189528_54491409189528_5449.pdf>. Acesso em: 31 maio 2017.

_____. **Discurso recitado pelo Exm. Snr. Doutor João Antonio de Miranda:** Presidente da Província do Maranhão na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de julho de 1841. São Luís: Typografia monarchica Const. De F. de S. -.Cascaes, 1841. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

_____. **Falla que recitou o exm. Presidente e commandante das armas da provincia do maranhão:** O coronel Luiz Alves de Lima n'abertura da assemblea legislativa provincial; no dia 3 de maio de 1840. São Luís: Typografia de I. J. Ferreira, 1840. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

_____. **Relatorio do presidente da provincia do maranhão na abertura da assemblea legislativa provincial em 7 de setembro de 1843, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno financeiro de 1844- 1845, e balanço do exercício findo de 1842 a 1843.** São Luís: Typographia de I. J. Ferreira, 1843. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

_____. **Relatorio que A'Assemblea legislativa da provincia do Maranhão apresentou o Exm. Presidente da mesma Província Jeronimo Martiniano Figueira de Mello na sessão**

R. Bibliomar, São Luís, v. 16, n. 1, p. 76-89, jan./jun. 2017.

de 3 de maio de 1843. São Luís: Typographia de I. J. Ferreira, 1843. Disponível em:
<<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. História, memória e história da educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS; Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 416-429.